

Artefatos de Conhecimento e Redes de circulação no Império português setecentista: entre as instituições e os processos auto-organizados

Artefacts of Knowledge and Circulation Networks in the Early Modern Portuguese Empire: between institutions and self-organised processes

FABIANO BRACHT

<https://orcid.org/0000-0001-6707-2015>

Universidade Federal do Paraná / Curitiba, PR, Brasil

BRACHT, Fabiano. Artefatos de Conhecimento e Redes de circulação no Império português setecentista: entre as instituições e os processos auto-organizados. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 32, p. 1-29, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672024v32e20>

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar aspectos do desenvolvimento de uma economia ligada a dinâmicas de produção e circulação do conhecimento no Império português a partir da segunda metade do século XVIII. As sociedades do Antigo Regime impuseram características peculiares aos processos de atribuição de mérito ao conhecimento produzido, principalmente, por agentes não oficiais, envolvendo sociabilização, origem social e até mesmo raça. Nesse sentido, as estruturas sociais do Império tiveram um impacto significativo na vida desses agentes, afetando não apenas os processos de mecanismos de cooperação em redes auto-organizadas ou institucionais, mas também a própria mobilidade social. Para cumprir este objetivo, serão analisadas fontes documentais produzidas em torno da coleção, comércio e circulação de artefatos de História Natural, produzidas por agentes que estiveram, ao mesmo tempo, ligados às atividades de redes auto-organizadas, e também às instituições oficiais do Império. A partir dos referenciais teóricos da História do Conhecimento, pretende-se demonstrar como, através da ampliação da acessibilidade social do conhecimento, estes processos conectaram indivíduos através de redes e instituições imperiais, contribuindo para a formação de uma sociedade global do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Império Português. Circulação do Conhecimento. Economia do Conhecimento. Sociedades do Conhecimento. Redes Auto-Organizadas.

ABSTRACT: This paper aims to analyse aspects of the development of a knowledge economy linked to the dynamics of knowledge production and circulation in the Portuguese Empire from the second half of the 18th century onwards. The societies of the Ancien Régime imposed peculiar characteristics on the processes of attributing merit to knowledge produced mainly by unofficial agents, involving socialisation, social origin and even race. In this sense, the social structures of the Empire had a significant impact on the lives of these agents, affecting not only the processes of cooperation mechanisms in self-organized or institutional networks but also social mobility itself. To achieve this objective, we will analyse documentary sources on natural philosophy and medicine produced by agents who were simultaneously linked to the activities of self-organised networks and to the official institutions of the Empire. Using the theoretical frameworks of the History of Knowledge, the aim is to demonstrate how, by increasing the social accessibility of knowledge, these processes connected individuals through imperial networks and institutions, contributing to the formation of a global knowledge society.

KEYWORDS: Portuguese Empire. Circulation of Knowledge. Knowledge Economy. Knowledge Societies. Self-Organised Networks.

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XVIII, mas principalmente a partir da segunda metade, a Coroa portuguesa promoveu diversas reformas que produziram transformações substanciais na estrutura administrativa imperial. As novas políticas imperiais influenciaram, principalmente, duas das dimensões sociais dos processos de produção de conhecimento nos universos coloniais. Primeiro, deu-se uma significativa ampliação do fomento às atividades de cunho científico. A principal motivação estava alicerçada no entendimento, por parte da Coroa, da necessidade de ampliação da viabilidade econômica dos diferentes espaços coloniais. Esta era uma demanda antiga de uma parcela significativa da elite intelectual metropolitana e, principalmente, a partir do final do reinado de D. João V (1706 – 1750), as políticas de incentivo à produção de conhecimento tornaram-se consideravelmente mais sistemáticas.¹ A segunda dimensão desse processo resultou numa inserção cada vez maior das populações coloniais, como beneficiárias dessas cadeias de incentivo, nos circuitos da economia do conhecimento imperial. Embora, em razão da rigidez estrutural das relações raciais do Império, tenham sido os brancos nascidos no Reino ou nas colônias os mais favorecidos por essas novas políticas de promoção, não foram raros os casos de mestiços, e na Índia, de naturais, que participaram ativamente dessa nova dinâmica.² Aceleradas durante o ministério do Marquês de Pombal – entre 1750 e 1777 – essas transformações abrangiam diversos aspectos da vida colonial, provocando sensíveis transformações no âmbito educacional, militar, científico, administrativo, econômico e religioso.³

Nesse sentido, ao observarmos a forma como os resultados das políticas imperiais impactaram as trajetórias dos indivíduos ligados à produção do conhecimento, percebe-se a necessidade de uma análise direcionada aos agentes históricos, suas motivações e forma como se movimentavam dentro das estruturas de poder vigentes. No entanto, de que forma seria possível direcionar o foco a tais agentes produtores, sem desconectá-los por completo das condicionantes estruturais e conjunturais nas quais estavam inseridos, ou seja, sem separar os atores do cenário? De diversas formas, os historiadores do conhecimento têm, ao longo dos últimos vinte anos, buscado respostas a essa e outras questões, principalmente no campo dos estudos sobre as dimensões sociais dos processos de produção do conhecimento, com especial incidência sobre os processos de circulação. Nesse sentido, os estudos sobre a circulação do conhecimento têm evidenciado a necessidade de que este processo não seja entendido apenas como uma transferência, seja de um centro para um contexto periférico e local, e que depois faça o caminho de volta. Ao contrário, a compreensão da natureza policêntrica dos processos de produção do conhecimento permite retirá-los dos contextos exclusivistas das metrópoles europeias e as associações de eruditos.⁴

1. Cf. Furtado (2002), Domingues (2001).

2. Cf. Lopes e Matos (2006).

3. Cf. Pataca (2006) e Briggola (2009), Lopes e Matos (2006).

4. Roberts (2009, p. 18)

5. Raj (2013).

6. Raj (2018).

Foi justamente nessa direção que Kapil Raj sublinhou que a força da perspectiva da circulação reside no facto de atribuir agência, ou seja, contribuição ativa, a todos os envolvidos nos processos históricos de produção e circulação de saberes. Entretanto, como ponto fundamental desta perspectiva, permanece a noção de que as oportunidades e possibilidades dos agentes históricos fossem equitativamente distribuídos, sendo o desafio do historiador não perder de vista os conflitos, desequilíbrios e desigualdades resultantes das relações de poder, que frequentemente se manifestavam em processos de negociação, cedência e acomodação entre as partes envolvidas.⁵

Diversos estudiosos das temáticas envolvendo a circulação de conhecimento têm desenvolvido ferramentas analíticas que permitem o enquadramento de uma ampla variedade de atores e a forma como esses se relacionaram com as estruturas, procurando assim compreender as dinâmicas e as hierarquias dos processos de produção e circulação do conhecimento.⁶ O ponto focal de diversas dessas abordagens tem sido, precisamente, os universos coloniais, em relação aos quais a ideia de uma clara dicotomia, entre centros e periferias, vem sendo crescentemente desafiada. É nesse contexto que se insere este artigo que, para discutir o papel dos agentes individuais nos processos de produção e circulação do conhecimento nos universos coloniais, precisará compreender como esses indivíduos posicionaram-se no âmbito das relações de poder estabelecidas dentro da economia do conhecimento imperial. Para cumprir este objetivo é primeiro necessário definir os conceitos que serão aplicados à análise das fontes documentais referentes às trajetórias dos agentes, sua inserção nas redes auto-organizadas de produção de conhecimento por um lado, e sua relação com as instituições do outro. Nesse sentido, as duas primeiras sessões deste artigo se dedicam às definições em torno dos conceitos de economia do conhecimento, sociedade do conhecimento, assim como o estabelecimento de seu enquadramento enquanto ferramenta de análise historiográfica. Já a terceira sessão procura conectar a discussão sobre as economias do conhecimento ao conceito de redes auto-organizadas que, por sua vez, está diretamente relacionado com a forma como as trajetórias dos agentes históricos analisadas neste artigo se desenvolveram. Finalmente, as três sessões seguintes analisam, através de um conjunto de fontes documentais relacionadas com o Índia portuguesa setecentista, produzidas em torno das atividades de produção do conhecimento e circulação de artefatos de História Natural. A quarta sessão é sobre a atuação dos agentes dentro das redes auto-organizadas. A quinta sobre o papel normatizador das instituições oficiais e seu impacto nas trajetórias dos indivíduos. Já a sexta sessão analisa as relações de poder relacionadas a esses contextos. Ao final serão ainda apresentadas algumas breves considerações finais.

ECONOMIAS DO CONHECIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: DEFINIÇÃO CONCEITUAL

A definição de conhecimento adotada para esta análise surge de uma abordagem interdisciplinar, combinando perspectivas da sociologia e da história do conhecimento. Em termos históricos, a produção e a circulação do conhecimento estão ligadas ao estabelecimento de processos comunicacionais.⁷ Com isso em mente, a reflexão sobre os processos históricos de circulação do conhecimento vem ganhando espaço entre historiadores de diversos campos.⁸ Na Europa Moderna, especialmente ao longo do século XVIII, a produção, a circulação e o consumo de conhecimento expandiram-se rapidamente, contribuindo decisivamente para mudanças essenciais na organização social e econômica existente. Por meio da crescente centralização do poder e dos mecanismos de controle do Estado, do financiamento de novos tipos de instituições de conhecimento e do surgimento de novas redes e empresas comerciais, as nações e povos envolvidos no desenvolvimento dos princípios do Iluminismo, em um processo global e interativo, evoluíram para ser altamente dependentes da circulação cada vez mais rápida de informações e conhecimento.⁹

De acordo com Nico Stehr, o conhecimento é a codificação de experiências e a formulação de entendimentos transmissíveis a respeito da solução de problemas de diversas ordens. Conhecimento é, nesse sentido, uma resultante da ação humana, socialmente construído, sendo criado, acumulado e transmitido por meio de processos e interações sociais. Nesse sentido, o conhecimento é produzido não apenas por especialistas em campos acadêmicos ou científicos, mas também por vários grupos sociais, instituições e indivíduos dentro da sociedade, desenvolvendo-se a partir de processos de comunicação para gerar uma capacidade de ação.¹⁰ De forma complementar, Jürgen Renn define conhecimento como a capacidade individual ou coletiva de reconhecer problemas e mentalmente antecipar ações para resolvê-los. O conhecimento existe internamente como um conjunto de estruturas cognitivas, ligando o passado e o presente em um processo de aprendizado não linear. No entanto, o conhecimento não é apenas a experiência codificada em estruturas mentais individuais; ele também tem dimensões materiais e sociais, permitindo que as sociedades humanas adquiram e codifiquem experiências e, assim, as compartilhem e transmitam por meio de representações externas, como as linguagens, sistemas de escrita ou artefatos.¹¹

Na sua formulação mais ampla, também proposta por Jürgen Renn, o termo economia do conhecimento refere-se ao conjunto dos processos sociais pertencentes ao domínio da produção, preservação, acumulação e apropriação do conhecimento, mediados através de suas representações externas, tais como, linguagem, textos escritos, sistemas simbólicos, artefatos ou instrumentos.¹² À esta definição, pode-se acrescentar, em termos complementares, a conceitualização elaborada por Roberto Mangabeira Unger como ferramenta de análise para as sociedades pós-

7. Cf. Secord (2004).

8. Para uma visão geral abrangente de como o conceito de circulação do conhecimento foi explorado por historiadores da ciência e do conhecimento, consultar RAJ (2010), WENDT (2017) e ÖSTLING *et. al.* (2018).

9. Östling *et. al.* (2018), Munk. Romano (2019, p. 1-30), Margócsy (2014), Briggs, Burke (2009).

10. Stehr (1994).

11. Renn (2020).

12. *Id.*

13. Cf. Unger (2019).
14. Renn, *op. cit.*
15. Pataca, *op. cit.*
16. Vogel (2017, p. 71-263).
17. Leitão, Romeiras (2015, p. 77-99).

-industriais, enfatizando o potencial transformador do conhecimento nas mudanças sociais e econômicas. A partir destes princípios, entende-se que uma economia do conhecimento transcende o mero acúmulo de informações; ela implica o envolvimento ativo de indivíduos e instituições na geração de novas ideias, percepções e métodos. Esse processo dinâmico capacita os indivíduos a se tornarem criadores ativos em vez de consumidores passivos, promovendo a inovação e a adaptabilidade. Unger prevê uma economia em que os indivíduos aprendem e aplicam continuamente o conhecimento para impulsionar o progresso social e econômico sendo, nesse sentido, que a democratização do conhecimento é uma componente fundamental desse processo. O conceito de Unger vai na mesma direção, como veremos mais adiante, da definição proposta por sociólogos do pós-guerra para as chamadas sociedades do conhecimento. Ele argumenta que o conhecimento não deve ser confinado às elites acadêmicas ou corporativas, mas deve ser acessível e aberto a todos os membros da sociedade. Essa democratização, segundo ele, pode liberar o potencial criativo de indivíduos de diversas origens, levando a soluções inovadoras para os desafios da sociedade.¹³ Com o propósito de converter o conceito para uma ferramenta útil à análise histórica, principalmente vocacionada ao estudo de processos de longa duração, Jürgen Renn teorizou a respeito dos mecanismos promotores daquilo que nominou como a *acessibilidade social do conhecimento*, referindo-se ao resultado dos processos sociais que promovem a relativa disponibilidade, ou indisponibilidade, do conhecimento ao longo de um determinado período histórico de uma sociedade.¹⁴ Como procurarei demonstrar na quarta sessão deste artigo, guardadas as suas especificidades históricas inerentes, o Império Português do final do século XVIII passou por processos similares, principalmente, mas não apenas, disparados pela ação direta da Coroa, impactando de forma indelével nas trajetórias dos agentes produtores de conhecimento nos territórios coloniais.

No universo da produção de conhecimento dentro do complexo imperial português houve, ao longo do século XVIII, um sensível aumento da participação das populações locais. Os agentes que participaram desse processo estabeleciam vínculos com o Estado por meio de diversas instituições, tais como as academias de História, estabelecida em 1720, e das Ciências, fundada em 1779. À universidade de Coimbra, desde meados da década de 1750, coube o papel de principal instituição fomentadora da produção de conhecimento, posição que em certa medida reforçou a sua função normativa e reguladora da prática científica.¹⁵ No âmbito do processo reformista, a autoridade imperial promoveu a criação de diversos estabelecimentos de ensino ao mesmo tempo em que retirou da Companhia de Jesus o controle sobre as atividades pedagógicas.¹⁶ As redes de produção de conhecimento sentiram fortemente o impacto da súbita retirada dos jesuítas do cenário, sendo um dos principais sintomas a repentina carência de professores e outros profissionais ligados às diversas dimensões dos processos educacionais.¹⁷ No entanto, em Goa, o processo reformista permitiu uma participação mais efetiva dos integrantes do clero regular local

na administração de instituições produtoras e mediadoras da partilha de conhecimento tais como hospitais, boticas oficinas e escolas.¹⁸

A partir do fomento dirigido pela autoridade imperial, em parte executado através de instituições como a Universidade de Coimbra e da Academia de Ciências, foram criadas condições propícias à produção de conhecimento por parte de agentes situados nos universos coloniais.¹⁹ O desenvolvimento de uma economia do conhecimento circunscrita por essas condicionantes abriu espaço para que, dentro do complexo imperial, pudesse emergir uma dinâmica sociedade do conhecimento. Este processo contou de forma decisiva com o desenvolvimento de uma acessibilidade social do conhecimento que, embora seletiva e direcionada apenas a poucas parcelas das sociedades coloniais, proporcionou a integração das redes de produção de conhecimento nos circuitos econômicos imperiais, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento.

SOCIEDADES DO CONHECIMENTO: DEFINIÇÃO E HISTORICIZAÇÃO DO CONCEITO

A expressão sociedade do conhecimento descreve uma sociedade na qual grande parcela dos indivíduos trabalha em torno de um esforço coletivo e organizado para coletar, processar e disseminar informações e conhecimento em larga escala.²⁰ O termo foi cunhado por economistas e sociólogos da geração pós-Segunda Guerra Mundial, como Fritz Machlup²¹ e Peter Drucker,²² em uma tentativa de estimar a contribuição do trabalho intelectual para a economia. Eles teorizaram como as ciências sociais aplicadas, principalmente a Economia, poderiam lidar com as mudanças e transformações causadas pelo crescente desenvolvimento das tecnologias da informação e seu impacto no mundo do trabalho. Posteriormente, por meio dos estudos de Daniel Bell,²³ foi desenvolvido um entendimento mais abrangente a respeito das sociedades pós-industriais e o desenvolvimento da compreensão de que o conhecimento teórico e técnico-científico poderia ser não apenas o princípio axial a partir do qual a economia se desenvolve, mas, de fato, configurar-se como a própria força motriz do crescimento econômico.

A partir desse desenvolvimento conceitual, o eixo analítico em torno da ideia de sociedade do conhecimento tem se concentrado cada vez mais em duas dimensões diferentes: as consequências da inovação teórica e tecnológica²⁴ e o papel das instituições na regulamentação dos processos de produção de conhecimento.²⁵ Seguindo esse caminho, as pesquisas sociológicas e históricas têm se concentrado em como podem os desenvolvimentos tecnológicos ter influenciado as mudanças estruturais nas instituições organizacionais e culturais.²⁶ Quando aplicado ao estudo das sociedades contemporâneas, o termo sociedade do conheci-

18. Cf. Bracht (2019).

19. Raminelli (2012, p. 36-67), Bracht (2019).

20. Krohn (2001, p. 8139-8143).

21. Machlup (1962).

22. Drucker (2017).

23. Bell (2020).

24. Stehr (2003, p. 494-508).

25. Renn (2015, p. 37-53).

26. Krohn *op. cit.*

27. *Id.*, Roberto, Unger, *op. cit.*.

28. *Id.*, *Id.*, Krohn, *op. cit.*;

29. Stehr (2003).

30. *Id.*

31. Burke (2016), Verburgt (2020, p. 1-24), Munk, Romano, *op. cit.*, Leemans e Goldgar (2020).

32. Stehr (2003), Brillman (2018, p. 160-171).

mento está relacionado à ampla influência das redes de informação (geralmente do tipo computacional), sobre os processos de coleta, reprodução, acumulação, circulação e gerenciamento de informação e conhecimento sobre diversos aspectos da vida coletiva e individual. Nesse sentido, as sociedades do conhecimento também tendem a estabelecer, seja por meio de intervenção direta do Estado ou por meio de processos informais e auto-organizados, sistemas para a produção, a acumulação e o compartilhamento de conhecimento por meio de instituições educacionais, sociedades informais ou corporações de especialistas. O conceito de sociedade do conhecimento, portanto, concentra-se em como pesquisadores, especialistas e analistas lidam com o desafio de dar sentido à informação, por um lado, e com as estratégias baseadas em conhecimento usadas por indivíduos e instituições para a tomada de decisões, por outro. Nesse sentido, enquanto o conhecimento, em paridade ou ainda complementaridade à produção ou o comércio, torna-se impulsionador do desenvolvimento econômico, os indivíduos pertencentes a grupos e corporações profissionais tendem a compartilhar informações e conhecimentos específicos de suas profissões com outros grupos e corporações sociais e profissionais, aumentando o número de agentes capazes de produzir conhecimento e promover sua circulação.²⁷

Nas últimas décadas do século XX, a atenção acadêmica e pública estendeu a concepção geral sobre a centralidade social do conhecimento a uma ampla variedade de campos de investigação, como as transformações da estrutura de classes nas emergentes sociedades do conhecimento, sua relação com a globalização, a difusão da cultura especializada, a relevância do capital intelectual e seu impacto na mudança econômica.²⁸ Nesse sentido, o conceito de sociedade do conhecimento passou a ser usado de forma abrangente, ou seja, relacionado à ideia de mudanças sociais de amplo espectro. No entanto, dada a distribuição desigual das condições sob as quais as sociedades do conhecimento podem se desenvolver, a proposta de Nico Stehr para um viés analítico que compreende diferentes padrões de sociedades do conhecimento foi amplamente aceita.²⁹ Essa compreensão implica assumir que as sociedades do conhecimento não emergem como desenvolvimentos contingentes e necessários de um padrão evolutivo comum e, portanto, não podem ser entendidas como arranjos sociais monolíticos e unidimensionais. As sociedades do conhecimento se tornaram comparáveis por permanecerem ou até mesmo se tornarem diferentes, e é precisamente essa perspectiva que abriu a possibilidade de o conceito ir além do escopo para o qual foi inicialmente concebido.³⁰ Recentemente, estudiosos da tradição da História da Ciência e do campo emergente da História do Conhecimento buscaram historicizar o conceito de sociedade do conhecimento,³¹ partindo do pressuposto de que, em um sentido mais amplo, cada época é, em suas próprias características, uma era de conhecimento.³² Entretanto, as sociedades do conhecimento do passado e do presente compartilham pelo menos uma característica comum: seu desenvolvimento econômico depende, em grande parte, da produção, acumulação

e circulação de conhecimento entre os diferentes estratos sociais. Entretanto, como praticamente todas as sociedades humanas produzem conhecimento e desenvolvem os mais variados mecanismos para sua acumulação, deve-se dar atenção especial aos processos de circulação e à forma como as instituições e redes, sejam institucionais ou auto-organizadas, estão envolvidas.

Se hoje é amplamente aceito por historiadores que os processos de produção do conhecimento, e a sua circulação, são empreendimentos sociais,³³ também tem sido consensual afirmar que, muitas vezes, envolvem coerção e desigualdade social, econômica ou racial.³⁴ No entanto, a historicização dos processos de transferência e circulação é frequentemente impressionada pela concepção contemporânea de fronteira, com uma grande preponderância da perspectiva dos estados-nação modernos e de como eles regulam as transferências na ciência e na tecnologia.³⁵ No entanto, as fronteiras na Era Moderna eram diferentes, mental e geograficamente,³⁶ e a circulação do conhecimento dependia frequentemente de conexões pessoais que permitiam que pessoas, produtos e artefatos se cruzassem.³⁷ Como desdobramento do crescente interesse acadêmico pelas raízes históricas da emergência das sociedades do conhecimento contemporâneas,³⁸ pesquisas recentes abordaram a influência de condições históricas específicas, como a existência de regiões altamente urbanizadas e a formação de uma classe de comerciantes cujas atividades se estendiam globalmente. Tudo isso, combinado com um alto grau de tolerância intelectual (e religiosa), alfabetização, mobilidade e imigração, impactou a formação de um mercado de consumidores de conhecimento e, portanto, a base de uma economia do conhecimento.³⁹

Entretanto, dada a diversidade de características entre as sociedades do conhecimento do passado,⁴⁰ as condições necessárias para seu surgimento são igualmente variáveis. No caso dos mundos ibéricos, e em especial do Império português, do início da Idade Moderna, a relativa dispersão de suas redes urbanas, as menores taxas de alfabetização e maiores restrições às atividades intelectuais e à liberdade religiosa apontam, necessariamente, para razões diferentes. Em comparação com os Países Baixos, certas regiões da França e da Inglaterra ou algumas áreas do vale do Reno, a Península Ibérica possuía taxas mais baixas de acessibilidade social do conhecimento, conseqüentemente, seu mercado consumidor de conhecimento era de menor densidade. Mesmo assim, pode-se levantar a hipótese de que, por meio do comércio de longa distância, do desenvolvimento de redes auto-organizadas, de uma multiplicidade de encontros culturais produtores de conhecimento e de atividades missionárias, sociedades como aquelas que formavam o complexo imperial português desenvolveram muitas das condições necessárias para a coleta e o compartilhamento de informações em larga escala, necessários para o surgimento de uma sociedade do conhecimento. Nesse sentido, propõe-se então que, para estudar a história da

33. Secord (2004, p. 654-672).

34. Cf. Pratt (1992), White (2001).

35. *Id.*, *Id.*

36. Burke, *op. cit.*, Bracht, *op. cit.*

37. *Id.*

38. Dupré e Somsen (2019, p. 186-199).

39. Leemans e Goldgar, *op. cit.*

40. Stehr (2003).

41. Raj, *op. cit.*, Bracht, *op. cit.*

42. *Id.*

43. Latour (2005).

44. Cf. White (2008).

45. Azarian (2008, p. 35-58).

circulação do conhecimento no contexto dos impérios ibéricos do início da modernidade, é essencial entender o papel das redes auto-organizadas.⁴¹ Essas redes reuniam uma grande diversidade de agentes, de patronos a comerciantes, incluindo cartógrafos, boticários, médicos e outros indivíduos educados, mas que não necessariamente faziam parte dos grupos profissionais diretamente ligados à produção de conhecimento.⁴²

Entretanto, na Era Moderna, a produção, o impacto da acumulação e circulação de conhecimento na atividade econômica distribuía-se de forma desigual pelos diversos campos da atividade humana. Pode-se especular, no entanto, sobre o surgimento de importantes mercados, que movimentavam consideráveis quantidades de recursos e demandavam esforços contínuos da parte dos agentes envolvidos. Um exemplo desse tipo de mercado pode ser encontrado no circuito através do qual eram comercializáveis as produções naturais, de interesse científico ou econômico, que viriam a formar coleções privadas, gabinetes de curiosidades e estiveram também na origem de acervos de pesquisa e museus patrocinados pelos Estados. Neste processo, de encontro e entrelaçamento entre os interesses do Estado e as atividades dos agentes históricos individuais, deu-se a formação de complexas redes auto-organizadas de produção e circulação de conhecimento.

AS REDES DE CIRCULAÇÃO

Este artigo aborda um tipo específico de rede social: redes comerciais de agentes envolvidos na movimentação de artefatos de conhecimento, sendo criadas e funcionando de forma auto-organizada. Nesse sentido, é importante definir o que aqui se entende por auto-organização. Redes sociais, redes comerciais e científicas entre elas, são formadas a partir das interconexões entre atores humanos e não humanos (neste caso instituições como a Coroa, a Universidade de Coimbra e a Academia das Ciências), cujo peso da agência é relativamente simétrico, ou seja, ambas as categorias são capazes de exercer influência mútua.⁴³ No entanto, mesmo dentro de redes que tenham entre seus componentes instituições e agentes individuais, pode haver grande variabilidade quanto à plasticidade da identidade dos atores, permitindo que estes participem simultaneamente de redes diferentes.⁴⁴ Para além disso, de maneira geral, redes comerciais tendem a funcionar como sistemas abertos, nos quais seus participantes geralmente as moldam em direção a uma complexidade cada vez maior, tornando-se polimorfos e policêntricos, em vez de depender apenas da liderança de alguma instituição ou indivíduo.⁴⁵ Este enquadramento abre a possibilidade para que tais redes sejam pensadas a partir da existência de atores com múltiplos papéis, tanto ao se relacionarem com atores dentro da própria rede, quanto no âmbito da cooperação externa, com outras redes e agen-

tes. Neste processo, frequentemente as redes deste tipo permitem maior mobilidade aos agentes e, para além disso, abrem espaço para que atores diversos atuem na mediação de interesses, significados e poderes entre sujeitos heterogêneos. Assim, mesmo que a formação de tais redes tenha instituições funcionando como um (ou vários) de seus nós, os agentes individuais frequentemente transitam entre dois universos, o que é regulado pelo funcionamento das instituições, e o que opera no âmbito dos entrecruzamentos dos interesses individuais. No caso específico analisado neste artigo, o aumento gradual do interesse da Coroa e suas instituições nas produções naturais e artefatos de história natural, ao mesmo tempo, aproveitou-se a existência de redes auto-organizadas de colecionadores privados, mercadores e produtores, e fomentou sua expansão e complexificação. Neste contexto, os agentes podiam desempenhar diferentes papéis, não excludentes, dentro de uma mesma rede ou em redes diversas sendo, simultaneamente, ligados às instituições ou informais. Para efeitos da análise histórica, a caracterização dos agentes deve, portanto, ser feita caso a caso.⁴⁶ Esta abordagem metodológica demonstra-se especialmente pertinente quando se observa o desenvolvimento das redes de circulação de conhecimento e seus artefatos a partir da presença portuguesa na Ásia.

O Estado da Índia perdeu, ao longo do século XVII, seu poder militar e sua capacidade de influenciar, pelo recurso da força, o cenário político no Índico e no Sul e Sudeste da Ásia. No entanto, isso não significou uma supressão da presença portuguesa no Índico. Por todo o Oceano Índico e através do Mar do Sul da China, mercadorias eram negociadas em muitos idiomas e, dentre eles, o português funcionava como língua franca. A influência portuguesa permaneceu forte ao longo do século XVIII, principalmente por ação de uma miríade de agentes, informais ou ligados às instituições, fossem missionários, mercadores, diplomatas, contrabandistas ou tradutores.⁴⁷ Em parte, estes agentes eram oriundos de Goa, embora muitos também fossem originários de territórios não controlados pelos portugueses, sendo estes indivíduos os nós que conectavam, dentro das redes transfronteiriças, o Império português na Ásia às regiões sob diferentes poderes, locais ou coloniais. No teatro do Índico, essas redes frequentemente se interligavam num emaranhado de canais de circulação, pelo qual fluíam pessoas e junto com elas, mercadorias e conhecimento a elas associado. Uma parcela importante dessas mercadorias circulava como artefatos de conhecimento, atendendo à crescente demanda metropolitana por itens de história natural, que era fomentada pelo poder Imperial, mas também parte integrante da economia do conhecimento das sociedades letradas europeias desde o início da Idade Moderna.

A produção historiográfica a respeito do desenvolvimento das coleções de História Natural em Portugal, no século XVIII, tem conexão consequente com a história da formação dos museus e instituições científicas. Nesse sentido,

46. Antunes e Polónia (2016, p. 3-17).

47. Raj, *op. cit.* (2010, p. 27-47).

48. Brigola, *op. cit.*, Kury (2008).

49. Brigola, *op. cit.*

50. Cf. Bracht (2019).

51. Brigola, *op. cit.* (2003, p. 161).

52. *Id.*

os principais autores neste campo têm relacionado o panorama histórico do desenvolvimento das coleções de História Natural ao desenvolvimento dos Museus e a relação de ambos com processos políticos, econômicos e estratégicos, especialmente os trabalhos de Ermelinda Pataca (2006), Lorelai Kury (2008) e João Carlos Brigola (2009)⁴⁸. Para os propósitos deste artigo é especialmente relevante a historiografia a respeito da formação das coleções privadas, seus proprietários e as redes de mercadores e outros agentes que as abasteceram.

Ao longo do século XVIII, houve sensíveis alterações nos ambientes intelectuais, no que se refere aos propósitos da acumulação de itens colecionáveis. No caso do Império português, as complexas redes pelos quais os artefatos e o conhecimento a eles associado circulavam conectavam agentes de variados estratos sociais, dentro e fora dos domínios imperiais, na Ásia, África e nas Américas.⁴⁹ Ao longo da segunda metade do século XVIII, a Coroa, através da Universidade de Coimbra, do Museu da Ajuda e da Academia das Ciências, passou a coordenar esforços no sentido de formar coleções de História Natural que refletissem as potencialidades naturais das colônias. O processo de formação dessas coleções aproveitou-se amplamente das redes preexistentes, pelas quais circulavam artefatos de conhecimento, não apenas ligados à História Natural, e que eram formadas por agentes que atuavam tanto independentemente, quanto no âmbito das instituições, fossem elas militares, eclesiásticas ou de governo.⁵⁰

No âmbito das instituições militares, não era incomum que seus membros agissem diretamente como intermediários no comércio de artefatos de conhecimento. Ao longo da segunda metade do século XVIII, o capitão de Mar-e-Guerra das Armadas Navais, Joseph Rollem van Deck, atuava como um dos mais importantes nós de uma rede de colecionadores que envolvia, numa ponta, autoridades imperiais e eruditos ligados à Academia e à Universidade, e na outra agentes no terreno, em diversos pontos do império, coletando artefatos e abastecendo as demandas de indivíduos e instituições.⁵¹ Por volta de 1770, um dos mais ativos componentes da rede de Van Deck era o diretor do Jardim Botânico da Ajuda, Domenico Vandelli, médico padovano que fora contratado para participar do processo de reforma das instituições educacionais e científicas promovidas durante o período Pombalino.⁵² A rede em torno das atividades de van Deck reunia assim, desde indivíduos diretamente ligados à Coroa aos agentes que, nas colônias, movimentavam o comércio de itens colecionáveis. Neste processo, uma extensa rede de intermediários e financiadores também procurava obter dividendos, ou mesmo angariar prestígio junto aos próceres do poder imperial, tendo sido em parte responsáveis pelo fornecimento do crédito necessário para suportar os custos das operações comerciais. Um dos financiadores responsáveis por irrigar o sistema de circulação de itens de História Natural era o comerciante lisboeta José Joaquim Paliart, financista e proprietário de uma empresa de navegação que fazia comércio com o Brasil e a Índia, que para isso

emprestava dinheiro e ativava, frequentemente, sua rede de contatos e clientes.⁵³ As densas e intrincadas redes que promoveram a formação das coleções de História Natural conectavam assim indivíduos ligados às instituições e aos projetos da Coroa e das elites dirigentes, aos agentes informais através de uma série de nós e pontos de intersecção consideravelmente diversificados.

O funcionamento dos mecanismos através dos quais essas intersecções se articulavam podem ser verificados a partir das fontes documentais produzidas em torno das atividades de Vandelli, quando este era diretor do Jardim Botânico da Ajuda. Em resposta a uma encomenda de diversos itens que serviriam para compor o futuro museu de História Natural da Ajuda, o então Governador da Capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, visconde de Balsemão (1735 – 1804), relatou a Vandelli o descaminho de uma grande remessa de artefatos que mandara coletar. A coleção que era composta de dezenas de frascos contendo anfíbios, répteis, pequenos mamíferos e aves, alguns dos quais já classificados, perdera-se no processo de transporte desde a longínqua capitania. Como intermediário entre Vandelli e o Governador, Palliart era o responsável pelo transporte de recepção das mercadorias em Lisboa.⁵⁴ Ou seja, embora fosse uma demanda direta do Jardim/Museu da Ajuda, feita ao seu correspondente no Brasil, o processo contou com a participação fundamental de um agente privado, há muito especializado nesse tipo de transação. Os canais oficiais ou informais por onde circulavam artefatos e conhecimento frequentemente se entrecruzavam, assim como os agentes que deles participavam. A inserção na economia do conhecimento ligada à formação das coleções conferia prestígio social e potencializava a criação de laços clientelares e o estabelecimento de relações de confiança, sendo um meio para a obtenção de ganhos políticos e materiais.

Atuar no mercado da produção de conhecimento em busca da obtenção de capital social não era uma exclusividade das classes baixas e intermediárias. Indivíduos do topo da hierarquia social, como o visconde de Balsemão, utilizavam-se do capital social acumulado através deste tipo de atividade para adquirirem benefícios e promoções junto à Coroa. Este processo, característico das sociedades do Antigo Regime, foi amplamente descrito por Bartolomé Yun Casalilla⁵⁵ como composto por um conjunto de mecanismos que se desenvolveram ao longo dos séculos XVI e XVII, através dos quais integrantes da nobreza ibérica atuavam nos universos coloniais, em conexão com as instituições ligadas aos poderes, eclesiásticos ou temporais, para poderem acumular diferentes tipos de capital, fosse monetário, cultural ou social.⁵⁶ À luz das fontes documentais, a interpretação feita neste artigo indica que, nesse processo, as relações clientelares e de confiança frequentemente extrapolavam os núcleos familiares e os círculos de classe, gerando redes expandidas, como sistemas abertos, especializadas na transação de artefatos de conhecimento. O caso do visconde de Balsemão é o arquétipo do processo acima descrito. Após anos de dedicação ao papel de correspondente ultramari-

53. ANTT – Juízo da Índia e da Mina/ Cartório do escrivão António Joaquim Peixoto/ Maço 6/ Documento 8 – Código de Referência: PT/TT/JIM/C/0006/00008.

54. AHMB – CN/B93.

55. Casalilla (2021, p. 213-222).

56. *Id.*

57. Brigola, *op. cit.* (2003, p. 170).

58. *Id.*

59. Cf. Bracht (2019)

60. Kury, *op. cit.*, 2008. Brigola, *op. cit.*

61. ACL – Série Azul de Manuscritos – Códices, 203, 209, 981, 1944, 1945.

62. BNP – COD 6377.

63. AHMB – Remessas, 382, 383, 384, 385.

no do Museu Natural da Ajuda, o visconde atravessou sem maiores constrangimentos os turbulentos anos da “viradeira” pós-Pombalina, chegando ao cargo de Primeiro-Ministro (1788), durante o reinado de D. Maria I. Anos mais tarde, em 1803, Balsemão seria ainda nomeado como Guarda Mor da Torre do Tombo.

Pelos mesmos princípios, os mecanismos de obtenção de capital social que funcionam dentro da economia do conhecimento também estavam disponíveis aos indivíduos das classes intermediárias. O capitão van Deck, por exemplo, teve sua ascensão social largamente favorecida pelas relações que construiu enquanto intermediário no mercado de artefatos do conhecimento, chegando a ser nomeado, na década de 1770, ministro plenipotenciário de Portugal para o Marrocos, um cargo diplomático que ocupou até a sua morte em 1773.⁵⁷

O funcionamento de uma economia do conhecimento nessas condições proporcionava uma série de mecanismos de transferência de capital, de um tipo para outro, ou seja, de capital monetário para o social e cultural. Não deixava, no entanto, de ser uma atividade de alto risco, não apenas por conta da possibilidade de perda das remessas e insolvência por parte dos envolvidos mas, principalmente, por causa do descompasso entre a necessidade de investimento e obtenção de créditos e os eventuais retornos financeiros, na forma de tensas, mercês e pensões outorgadas pela Coroa. O próprio van Deck, ao morrer, deixou aos seus descendentes considerável volume de dívidas, que foram saldadas com a venda de parte de seu espólio. Seus credores, dentre os quais o principal era Joaquim Paliart, recuperaram parte do investimento ao venderem as coleções de van Deck para a Universidade de Coimbra, a Academia das Ciências e o Real Museu de História Natural. Atualmente, a maior parte deste espólio faz parte do acervo do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, em Lisboa.⁵⁸

Ramificadas por todo o império, as conexões de van Deck chegavam a Goa através dos contatos com uma ampla rede de agentes locais, que trabalhavam dentro dos circuitos da economia do conhecimento imperial. Como integrantes também de uma sociedade do conhecimento, esses indivíduos inseriam suas atividades dentro do escopo mais amplo da busca pelo reconhecimento das potencialidades econômicas dos universos coloniais. Nesse universo, a dimensão da produção de conhecimento ocupava papel central, num processo de instrumentalização sistemática dos desenvolvimentos da História Natural, subordinada à lógica econômica da empresa colonial.⁵⁹ Produzidas entre as últimas três décadas do século XVIII e a primeira do XIX,⁶⁰ as fontes documentais que comprovam essas conexões encontram-se distribuídas entre os atuais arquivos da Academia das Ciências de Lisboa,⁶¹ Biblioteca Nacional de Portugal⁶² e Museu de História Natural de Portugal.⁶³ Essa documentação está intimamente relacionada com as atividades de van Deck como intermediário de artefatos do conhecimento. Algumas são provenientes do seu espólio particular, posteriormente leiloado para a execução de suas dívidas. Esse é o caso dos documentos que hoje são parte do acervo da

Biblioteca Nacional de Portugal, doados pela família dos viscondes de Pina Manique do Intendente que, por sua vez, os adquiriram diretamente do próprio Joaquim Paliart.⁶⁴ Já outros itens correspondem às atividades de intermediação de van Deck, como a série reunida e enviada à Academia das Ciências entre 1782 e 1792, encomendada a diversos agentes locais.

A rede de Van Deck reunia outros indivíduos não especializados na produção de conhecimento, como Joaquim José Paliart, que recebeu de van Deck a encomenda para contratar, na Índia, um agente que pudesse fornecer uma série de artefatos de História Natural da Ásia. Paliart acionou um integrante de sua extensa rede clientelar, Manoel de Menezes, comerciante goês e patriarca de uma família portuguesa estabelecida no Estado da Índia desde o final de século XVI.⁶⁵ Menezes esteve ligado à administração do Estado da Índia, ocupando diversos cargos ao longo da vida, sendo capaz de construir redes de confiança baseadas em relações clientelares. Essas relações permitiam a transferência de capital social e político aos seus descendentes através da composição de laços familiares estendidos. Exemplo do funcionamento desse mecanismo foi a aceitação por parte do Vice-Rei da Índia, em 1750, para ser o padrinho de batismo de um de seus filhos.⁶⁶ Como veremos, esse tipo de transferência de capital teria desdobramentos futuros, implicando diretamente a trajetória pessoal dos agentes envolvidos. A família Menezes foi diretamente beneficiada pelo reformismo pombalino iniciado na década de 1750. Após a expulsão dos jesuítas da Ásia, em 1760, a administração imperial procurou reorganizar a vida nas colônias, tanto no âmbito educacional quanto o administrativo e militar. Nesse sentido, foram criadas novas instituições de ensino que, a exemplo do *Colégio de Meninos e Clérigos Naturaes do Oriente*, eram administrados por membros do clero regular local. Um dos objetivos dessas políticas era a formação de quadros oriundos das elites locais, descendentes de europeus, indianos católicos ou mesmo integrantes de famílias compostas por indivíduos de ambos os grupos.⁶⁷

Em nome de van Deck, em maio 1769, Paliart encomendou a Manoel de Menezes diversos itens das *produções naturais* do Oriente. O pedido chegou à Índia na monção seguinte, em princípios de 1770 e, no decurso desse tempo, Manoel de Menezes havia falecido, ficando então o atendimento da requisição a cargo de seu filho, Francisco Luís de Menezes. O jovem Menezes, que tinha então vinte anos de idade, ativou os agentes da rede de cooperação do pai que estavam espalhados por diversos pontos da Ásia, de Timor passando pela Batávia Holandesa até o Mar do Sul da China e a Índia e, na monção de 1770 despachou para Lisboa os itens encomendados.⁶⁸ Este evento marcou o início da trajetória individual de Francisco Luís de Menezes como mercador de artefatos do conhecimento. Nesse percurso, Francisco Luís foi também ele próprio agente produtor de conhecimento, numa via de mão dupla que permitia a transferência de capital entre uma atividade e outra. Por um lado, o capital comercial resultante da atividade mercantil, por outro, o capital social angariado a partir da construção de laços de confiança com agentes

64. *Id.*

65. ANTT – Tribunal do Santo Ofício (1536/1821) / Conselho Geral do Santo Ofício (1569/1821) / Ministros e Familiares/ Diligências de Habilitação/ Diligências de habilitação para o cargo de familiar do santo ofício de Francisco Luís de Menezes, casado com Ana de oliveira – Código de Referência: PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744.

66. ANTT – Tribunal do Santo Ofício (1536/1821) / Conselho Geral do Santo Ofício (1569/1821) / Ministros e Familiares/ Diligências de Habilitação/ Diligências de habilitação para o cargo de familiar do santo ofício de Francisco Luís de Menezes, casado com Ana de oliveira – Código de Referência: PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744.

67. Lopes e Matos, *Op. cit.*, p. 268-279.

68. AHMB – Remessa 382.

69. Brigola, *op. cit.* (2003, p. 161-171).

70. *Id.*, p. 164.

71. *Ibid.*, p. 169.

72. Cf. Conceição (2019)

73. AHMB – Remessa 382.

74. Bracht (2019).

da elite ilustrada do império. Em sua obra seminal, João Carlos Brigola desvendou, sistematicamente, a participação de Francisco Luís na formação da coleção de van Deck.⁶⁹ De maneira geral, Brigola manteve-se inclinado a atribuir um caráter não utilitarista às atividades de agentes como Francisco Luís.⁷⁰ No entanto, o mesmo autor procurou também chamar atenção para a grande quantidade de recursos financeiros que eram sistematicamente movimentados em torno das atividades de colecionadores privados e patrocinadores ligados à Coroa no que tange ao comércio das chamadas produções naturais.⁷¹

Desde meados da década de 1770, as instituições educacionais pós-reforma, no reino e nas colônias, incluíam rudimentos de história natural e outras “ciências modernas” no seu currículo. Para além disso, as encomendas de itens de História Natural vinham, frequentemente, acompanhadas de instruções quanto aos procedimentos de coleta e conservação, em convergência com as práticas que eram desenvolvidas nos novos centros normativos da Universidade de Coimbra e do Museu/ Jardim Botânico da Ajuda. Anos mais tarde, essas instruções, ampliadas e aperfeiçoadas, seriam compiladas por Domenico Vandelli e amplamente distribuídas a agentes por todo o império.⁷² Francisco Luís, por exemplo, no relatório que seguiu junto com a remessa de 1770 declarou ter seguido instruções deste tipo para escrever as “[...] *descriçoens, propriedades, observaçoens, e advertências, respectivas às mesmas produçoens.*” quanto ao “*método, e a disposição do papel [...] onde se me pediam essas curiosidades.*”⁷³

No complexo universo da produção de conhecimento e formação de coleções de História Natural três dimensões se entrecruzam. Ao interesse acadêmico, fruto da disposição crescente entre as elites educadas de investigar sobre o mundo natural dos domínios imperiais segundo os padrões estabelecidos pelo iluminismo, somavam-se o interesse econômico/ estratégico da administração imperial e as atividades comerciais de diversos agentes aos moldes de Francisco Luís.⁷⁴ Os artefatos enviados por Francisco Luís devem ser vistos sob esse prisma. Entre os numerosos itens que despertavam o interesse dos estudiosos da História Natural e outros indivíduos que, como van Deck, tencionavam formar suas próprias coleções, havia também aqueles que despertavam interesse comercial derivado de suas potencialidades econômicas. Para movimentar essa engrenagem era necessária a ativação de uma extensa rede de agentes, o que certamente demandava recursos à mesma proporção. Com feito, em 1770 Francisco Luís forneceu aos seus interlocutores uma ideia da dimensão dos recursos humanos mobilizados:

Para a China, Mossambique, Ceilão, Dio, Surate, e outras partes tenho feito as mais eficazes diligencias recomendando não só a pessoas estabelecidas em todos estes continentes,

mas aos que fazem viagem para aquelas partes. He preciso acertar com pessoas que tenham o genio e carater próprio de me poderem concorrer para a referida coleção [...].⁷⁵

75. AHMB – Remessa 382.

76. AHMB – Remessa 382.

77. AHMB – Remessa 382.

78. Cf. Bracht (2019).

79. AHMB – Remessas 382.

A análise da documentação em torno da ação de Francisco Luís enquanto negociante de artefatos de História Natural revela, nesse sentido, aspectos da dimensão econômica integrada aos processos de circulação de conhecimento. Ao longo das negociações que envolveram o envio dos itens para a coleção de van Deck, Francisco Luís procurou receber parte do pagamento na forma de conhecimento, requisitando o envio de instruções a respeito da fabricação de louça vidrada e também para “[...] *corar o ouro por diferentes cores, como vem nos matizes de algumas caixas de relógios, e de tabaco, a qual me dizem já se sabe fazer em Lisboa*”⁷⁶. Ao mesmo tempo em que procurava negociar, Francisco Luís tentava propulsar novos negócios, ligados à crescente demanda metropolitana por matérias primas para a atividade manufatureira. Com esse propósito, escreveu: “*Aqui há areia branca excelente, e vai huã pequena porção dela para V.M. mostrar a alguns dos que fazem o vidrado, e saber se se pode ter ela serventia nessa fabrica.*”⁷⁷. No documento manuscrito que acompanhou a remessa dos artefatos à Europa, Francisco Luís analisou, em tom claramente propagandístico, aspectos relacionados às potencialidades econômicas do território Goês. O discurso combinava elementos de História Natural com prospecção econômica, num ordenamento alinhado às expectativas geradas ao longo processo de instrumentalização do conhecimento então em curso na Europa:⁷⁸

Goa he uma ilha pequena circundada de hum rio, que forma outras varias ilhotas, que lhe são adjacentes. Da Parte Norte tem o continente de Bardez, e da do sul tem Salcete; e ambos estes continentes ou Provincias formão a barra da ilha de Goa com duas fortalezas, Mormugão da parte do Sul he o terreno mais preciozo de Goa. Nele se tem achado mina de ouro, de vitriolo, terra degilata, e outras várias produçoens, que são especiaes, e que não se achão em Goa noutros terrenos: he abundante de fontes, algumas delas medicinaes, e na sua praia se achão aljofres em abundancia.⁷⁹

Parte substancial do interesse da Coroa e das elites metropolitanas no âmbito da História Natural resultava das perspectivas econômicas, que pudessem ser reveladas a partir das investigações feitas nos territórios coloniais. Nesse universo, e também a partir das estruturas criadas para fomentar a produção de conhecimento sobre os domínios da Coroa, os indivíduos empregaram suas habilidades em busca de vantagens que variavam, desde as recompensas monetárias ao capital social e aos benefícios típicos das sociedades do Antigo Regime. O próprio processo reformista iniciado no ministério pombalino produziu meios para que as elites coloniais procurassem perseguir as vantagens de se participar dos novos processos em andamento. No início da década de 1780, Francisco

80. AHMB – Remessas 382 e 383; ACL – Série Azul de Manuscritos – Códices 1944 e 1945.

81. ANTT – Tribunal do Santo Ofício (1536/1821) / Conselho Geral do Santo Ofício (1569/1821) / Ministros e Familiares/ Diligências de Habilitação/ Diligências de habilitação/ Diligências de habilitação para o cargo de familiar do santo ofício de Francisco Luís de Meneses, casado com Ana de oliveira – Código de Referência: PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744.

82. AHMB – Remessa 384.

83. AHMB – Remessa 384.

Luís foi nomeado *Oficial de Campo dos Terços Auxiliares nas Ordenanças de Goa*, uma patente superior, sem que jamais tenha tido qualquer tipo de educação militar.⁸⁰ Aliás, na descrição detalhada de sua vida que consta do processo pelo qual requisitou uma nomeação como Familiar do Santo Ofício, apesar de haver referência à sua patente, não existe menção à sua atuação como militar, nem antes, nem depois da promoção.⁸¹ As atividades ligadas à produção de conhecimento e ao comércio de artefatos de História Natural certamente fizeram parte do conjunto de bons serviços prestados à Coroa e às elites dirigentes, cujo beneplácito certamente era necessário para que indivíduos como Francisco Luís chegassem às posições de topo da hierarquia colonial. Justamente por isso, agentes individuais como ele tendiam a viver em trânsito entre dois universos, o informal, no mundo do comércio de itens de História Natural e dos colecionadores privados, mas também no âmbito das instituições que representavam os interesses da Coroa. A partir da década de 1780, essas instituições abriram canais de comunicação com diversas categorias de agentes locais e, nesse sentido, a Academia das Ciências foi uma das mais atuantes.

A AÇÃO REGULADORA DAS INSTITUIÇÕES: FRANCISCO LUÍS DE MENESES E A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

A partir de 1781, Francisco Luís passou a trocar correspondência e enviar remessas de artefatos de História Natural para a recém-criada Academia das Ciências de Lisboa. Esta conexão foi estabelecida como consequência dos trabalhos em torno da coleção van Deck, ambiente através do qual Francisco Luís foi travou os primeiros contatos com integrantes da elite intelectual metropolitana, muitos dos quais estiveram envolvidos no projeto de criação da Academia, no desde o final da década de 1770. De fato, numa carta endereçada à academia, enviada em 1782, Francisco Luís mencionou diretamente o fato de que:

*[...] na Real Academia das Sciencias se apresentarão as Relaçoes dos anos de 1771 e 1772 de que o Senhor Duque Prezidente, Secretario, e mais Ilustrissimos Senhores fazem a cultivação das Belas Letras e Sciencias que dirigi ao defunto Jose Rolland van-Dek.*⁸²

Na mesma correspondência há também a indicação de que a ponte estabelecida a partir da relação com van Deck resultou em colaboração adicional, e que então o goês estava comprometido em “[...] *satisfazer à mesma Real Academia com as produçoens da Natureza que pede ajuntar; que remeto na prezente ocasião*”.⁸³

O projeto que levaria à criação da Academia foi elaborado ainda ao início da década de 1770, reunindo não apenas agentes produtores de conhecimento, mas também mecenas, políticos e outros indivíduos, membros de diferentes estratos sociais, desde a mais alta aristocracia até certos setores da burguesia. Ainda ao final do ano de 1779, valendo-se da proeminência de muitos de seus membros, o grupo de pessoas envolvidas no projeto da Academia, com a anuência da Coroa, começou os preparativos para a sua criação. A partir das conexões que os membros fundadores possuíam com indivíduos localizados nas mais diversas partes do globo, a Academia nasceu conectada a centros produtores de conhecimento que ultrapassavam consideravelmente os limites do Império português.⁸⁴

No processo de criação da Academia, os primeiros sócios começaram a ser nomeados em 1780. Inicialmente, foram designados os sócios efetivos, oito para cada uma das Classes das Ciências,⁸⁵ seguindo o modelo que já havia sido implementado na Academia das Ciências de Paris.⁸⁶ Simultaneamente, foram criadas categorias adicionais de sócios, honorários, estrangeiros, correspondentes e supranumerários, cujo propósito era o de possibilitar a cooperação com agentes fora do Reino, nas colônias ou mesmo em outros territórios. Foi justamente a partir da nomeação dos sócios correspondentes que a rede de agentes colaboradores da Academia pôde expandir-se, conectando-se por extensão a diversos outros indivíduos, mercadores, militares, missionários, praticantes das artes de curar, entre outros, que de outra forma teriam permanecido inacessíveis. Era através da interlocução com os sócios correspondentes que a Academia esperava receber remessas de artefatos e textos, resultantes da produção de conhecimento nos universos coloniais.⁸⁷ No topo da sua hierarquia, a Academia era formada por indivíduos dos escalões mais altos da aristocracia do Reino, sendo o primeiro presidente o Duque de Lafões⁸⁸ (1719 – 1806), e o primeiro secretário José Francisco Correia da Serra (1750 – 1823), filósofo e diplomata.⁸⁹ O processo de fundação teve ainda a participação de indivíduos que integravam, de uma forma ou de outra, a República das Letras em Portugal, como o Padre João Faustino (1736 – 1820), físico e matemático, membro da Congregação do Oratório de San Filipe Neri,⁹⁰ e o próprio como Domenico Vandelli, que à época era lente de História Natural e Química na Universidade de Coimbra.⁹¹

O envolvimento de Francisco Luís com o a rede de van Deck conectou-o também ao grupo de Vandelli. Em 1781, após deliberação da mesa diretora, O Goês foi nomeado sócio Correspondente.⁹² A partir deste momento existem registros de correspondência e remessas de memórias e artefatos que com regularidade eram enviados a partir de Goa, para atender a pedidos da Academia.⁹³ Numa carta enviada à academia, escrita em abril de 1782 e endereçada ao Visconde de Barbacena, podem-se observar, na forma e no estilo da carta, os elementos característicos da sociedade de corte acadêmica, própria das relações do Antigo Regime.

84. Cf. Silva (2015); Amaral (2012).

85. Para a primeira Classe, a de Ciências de Observação, foram nomeados Domingos Vandelli (diretor), José Correia da Serra, João Faustino, Bartolomeu da Costa, Vicente Ferrer, o Visconde de Barbacena, António José Pereira e António Soares Barbosa. A Segunda Classe, de Ciências de Cálculo, que incluía o Marquês de Alorna, João de Almeida Portugal, director, o Conde de Azambuja, Teodoro de Almeida, José Joaquim de Barros, José Monteiro da Rocha, e Joaquim Dalla Bella. Já a terceira Classe, Belas Letras, que era composta pelo Duque de Lafões, Miguel Lúcio de Portugal e Castro, Joaquim de Foios, o Conde de Tarouca, Pedro José da Fonseca, Principal Mascarenhas, Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro e António Pereira de Figueiredo.

86. Cf. Bracht (2019).

87. *Id.*

88. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 2º Duque de Lafões.

89. Diogo; Carneiro; Simões (2001, p. 353-393).

90. Silva, *op. cit.*

91. Cf. Kury (2008).

92. ACL – Processos de habilitação de sócios à Academia/ Processo de habilitação de Francisco Luís de Meneses, 1781.

93. ACL – Série Azul de Manuscritos – Códices 1944 e 1945.

94. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1944, p. 205.

95. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1944, p. 208.

IMmo. e Emo. Senhor.

A grande honra que a Academia das Sciencias de Lisboa de que V.Exa. se dignou ser secretario, me faz nomeando me seu socio correspondente, he hum motivo tão urgente para meu reconhecimento a V.Ea, que não posso deixar de ir aos pés de V.Ea com meus vivos testemunhos da minha gratidão, e do meu obzequio. Considero e prézo quanto posso a felicidade da correspondência de hum corpo tão illustre de sábios que se ajunta para aumentar e aperfeiçoar as artes e o talento: Compreendo que devo a V.Ea huma grande felicidade; e não posso deixar de lhe render como rendo, e com a maior sensibilidade do meu coração as precisas graças pelo referido beneficio.⁹⁴

Com essa carta, a primeira de uma série que se estendeu até 1792, Francisco Luís deu início à sua trajetória como correspondente da Academia, ingressando no universo regulado pela sua ação normatizadora. Na mesma carta também foi assunto o envio de uma encomenda, para a monção seguinte, a qual deveria seguir as regras e direcionamentos da Academia quanto à forma de recolha, método de conservação e à apresentação dos conteúdos.⁹⁵

A correspondência trocada entre Francisco Luís e a academia, numa série de doze, entre 1782 e 1792, evidencia dois aspectos fundamentais em relação às economias do conhecimento em sociedades do Antigo Regime. Em primeiro lugar, no que se refere aos indivíduos, fornecem dados precisos a respeito da posição social que estes ocupavam e a forma como procuravam negociar no âmbito das relações de poder. A segunda dimensão importante é a da forma como as redes de produção e circulação de conhecimento estendiam suas conexões simultaneamente por dois universos, distintos, mas entrelaçados, dos grupos auto-organizados e das instituições oficiais. Nesse sentido, um alimentava-se do outro. Ao mesmo tempo que os grupos informais se desenvolviam em torno de atividades que contavam com grande apoio por parte da Coroa, mesmo antes do surgimento das instituições, estas, por sua vez, incorporavam parcialmente os integrantes e canais comunicacionais das redes auto-organizadas, numa série de processos de transferência de capital

RELAÇÕES DE PODER, TROCAS E NEGOCIAÇÕES NAS ECONOMIAS DO CONHECIMENTO

Ao longo dos dez anos que se seguiram à primeira remessa, em 1792, Francisco Luís enviava anualmente à Academia os artefatos que reunia, e também resultados de seus estudos, na forma de relatórios e memórias. Os trabalhos enviados eram uma combinação de respostas às encomendas da Academia com os resultados das iniciativas individuais do militar goês. A forma como os trabalhos eram apresentados continha os termos através dos quais Francisco

Luís procurava negociar as vantagens que esperava obter como pagamento por suas atividades. Por exemplo, junto à remessa de 1792 foi enviado um documento relatório, no qual estavam descritos os itens enviados, peles, plantas herborizadas, frascos com animais conservados e suas memórias descritivas. A acompanhar o relatório havia também uma carta dirigida ao abade Correia da Serra, Primeiro Secretário, a negociar o preço do trabalho realizado:

Quererá V.Sa. fazerme a onra de me por aos pés de S Alteza o Senhor Duque de Lafoens noso presidente, pedindo-lhe me queira conservar na sua alta Protesam e grande amparo, de que muito dependo.⁹⁶

Em outra carta, enviada alguns meses depois, Francisco Luís descreveu detalhadamente todo o esforço feito para a reunião da remessa, destacando as dificuldades enfrentadas e evidenciando o fato de tudo ter sido feito a despeito dos poucos recursos que possuía. Os termos de troca foram ainda mais claros:

Peso a V.Sa. queira por me com o mais profundo respeito e sumisam aos pés de sua Alteza o nosso Duque Presidente, rogando me queira conservar na sua alta Protesam, e honrar me com o despacho da merce do Abito de que estará bem lembrado pelas minhas umildes rogativas, reconhecendo quanto pode S. Alteza diante do trono de nossa Augustíssima Soberana.⁹⁷

O Hábito da Ordem de Cristo era uma honraria que vinha acompanhada de uma pequena renda. No entanto, até o momento não foi possível verificar, na documentação, se a solicitação foi atendida. A despeito do seu sucesso, pedidos desse tipo evidenciam o processo de negociação, na qual as habilidades individuais de um indivíduo serviam-lhe como moeda de troca, na permuta do trabalho por vantagens que poderiam ser conferidas na forma de capital social. Este não era um processo estranho à maior parte dos indivíduos inseridos nas redes de circulação do conhecimento que formavam a *república das letras* setecentista. Ao mesmo tempo em que era uma das formas possíveis de reconhecimento de mérito acadêmico, eram também uma atividade econômica, na qual indivíduos que não faziam parte dos nichos específicos de produção de conhecimento, ou seja, não eram parte das corporações de acadêmicos, membros de sociedades letradas ou mesmo ligados às ordens religiosas, dominavam as ferramentas necessárias para participarem do circuito, com uma clara intenção econômica entre seus motivadores.

Toda a operação em torno na produção e circulação de artefatos do conhecimento acarretavam em custos financeiros consideráveis. Muitas vezes, não era diretamente o capital pecuniário a ser utilizado como pagamento, uma vez que os

96. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1945, p. 244.

97. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1945, p. 228.

98. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1945, p. 298.

99. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1944, p. 438.

100. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1944, p. 438.

101. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1944, p. 438.

102. ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 1944, p. 438.

agentes da rede diretamente conectada às instituições recorriam, frequentemente, a outros atores, conectando assim, mais uma vez, os universos auto-organizados aos institucionais. Junto com a remessa que enviou à academia em 1786, Francisco Luís remeteu também uma carta ao visconde de Barbacena, nomeando dois outros indivíduos que colaboraram com a operação logística:

As peles e mais produtos que vão no caixote estimarei que cheguem perfeitas e livres de avaria. Jose Fernandes, e Jacinto Domingues sobrecargas do navio grande Condestável, se me oferecerão a leva lo gratuitamente sem fretes: unicamente em obsequio à Real Academia.⁹⁸

A partir desta passagem pode-se inferir que a perspectiva de cair nas boas graças da academia representava, para os responsáveis pelo navio, um valor e vantagens maiores do que o recebimento do frete referente ao transporte das caixas. A existência desse tipo de transferência de capital evidencia não apenas a capilaridade que as relações das instituições, através de suas conexões com agentes individuais, poderiam alcançar, mas também a forma como boa parte dos custos operacionais das atividades de produção do conhecimento era paga através de moedas de troca características do Antigo Regime, na forma de capital social. O processo de negociação também contava com exigências por parte da Academia, as quais demandavam justificativas na eventualidade de não terem sido cumpridas. Na correspondência de março de 1789, por exemplo, Francisco Luís desculpou-se por não ter podido enviar, na monção daquele ano, “[...] *mais que as duas descrições: do passaro Gorodu e da cobra Malundu; e os produtos que em um caixote vão entregues [...]*”⁹⁹. O incumprimento foi justificado pela necessidade de atendimento de uma ordem direta do Governador do Estado da Índia, também para investigações de História Natural, nas montanhas dos Gates, a respeito da “[...] *arvore de Puna, propira para a mastreasam de Naus de Sua Magestade [...]*”¹⁰⁰. Ao pedido de desculpas, seguiu uma respeitosa vênua, a dizer que “[...] *jamaiz pouparei a qualquer diligencia que posa conduzir-me a fazer do modo possível a minha comisam no serviso da Academia Real*”.¹⁰¹

A Academia, na sua atuação normatizadora, fazia também exigências a respeito do enquadramento teórico e metodológico dos trabalhos, como se pode depreender do agradecimento aos livros para “[...] *uma melhor execusam das minhas diligências [...]*” com menção à “[...] *incomparável Generosidade da Academia Real: e V. Sa. que se mostra muito propenso a fornecer me querendo nela por mim suprir a minha conhecida insuficiencia*”¹⁰². Outro aspecto evidenciado pela documentação está relacionado aos desequilíbrios que existiam no âmbito das relações de poder. Embora procurassem negociar o valor de suas contribuições, os agentes coloniais nem sempre eram capazes de fazer prevalecer suas demandas. No caso de Francisco Luís, por exemplo, as cobranças vinham repetidamente, a cada ano, mas os pedidos por

mercês e benefícios não encontravam resposta. Com efeito, numa correspondência endereçada ao visconde de Barbacena, o goês queixou-se da ausência de reciprocidade na relação que mantinha com a academia:

ILLmo. e Emo. Senhor.

Esta terceira vez que faso uma pequena remesa de alguns produtos que pude ajuntar para o Museu da Academia Real das Sciencias, como socio correspondente: tenho a honra de os dirigir ao favor de V.Exa. para os fazer presentes.

O suceso de não saber se forão ou não entregues os produtos que remeti os anos passados; me desanimão de algum modo a prosseguir o que desejava apresentar da historia Natural de Goa pelos usos costumes e outras noticias atinentes aos seus habitantes e situação correlativa à mesma história. Nam quererei para o meu desengano que a benevola atensam de V.Exa. me deixe de onrar com resposta sua.¹⁰³

A subalternação dos agentes coloniais frequentemente era resultado desses desequilíbrios, característicos das relações de poder nos complexos imperiais. Isso, no entanto, não significa que os universos coloniais fossem polos periféricos no que se refere à produção e circulação de conhecimento. Dentro da economia do conhecimento imperial, esses atores procuravam movimentar-se de forma a garantir não apenas o reconhecimento do mérito intelectual de seus trabalhos, mas também a sua inserção nos processos econômicos mais amplos, que eram parte da forma como a produção, acumulação e circulação de conhecimento constituíam-se enquanto componentes fundamentais do desenvolvimento econômico de todo o complexo imperial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da segunda metade do século XVIII, a partir do incentivo da Coroa e da participação de diversas instituições, promoveu-se um ambiente inovador para o desenvolvimento do conhecimento nas possessões portuguesas. Os esforços se direcionaram, de forma mais pronunciada em direção ao mundo atlântico, devido à importância do Brasil, principalmente, mas também de Angola como peças essenciais na estrutura econômica do Império. Além disso, também ocorreram consequências dessas mudanças em Goa e outros pontos do Império Oriental.

Ao considerar os processos promovidos pelo Estado português para estimular as ciências tanto no Reino como nas possessões coloniais, é importante ter em mente o tipo de sociedade em que esses projetos foram implementados. Nas sociedades do Antigo Regime, os mecanismos de reconhecimento e mérito desempenhavam um papel fundamental na formação das trajetórias individuais

e apresentavam características específicas. No que diz respeito às atividades ligadas à produção de conhecimento, a capacidade de interação social desempenhava um papel crucial, assim como fatores incontornáveis pelos indivíduos, como o local de nascimento, posição social e, por vezes, a raça.

Simultaneamente, os agentes e suas trajetórias também eram moldados por suas habilidades pessoais na construção de redes de relacionamento que, em ocasiões particulares, chegaram a atenuar os efeitos dessas condicionantes. Nesse contexto, as estruturas sociais do Império exerceram um impacto significativo na vida dos indivíduos envolvidos na produção de conhecimento dentro da economia do conhecimento no âmbito imperial. Este impacto deu-se não apenas na dimensão dos mecanismos cooperativos no contexto das redes, auto-organizadas ou institucionais, mas também nos processos de mobilidade social.

A produção de conhecimento e seus artefatos associados era, de fato, um negócio, uma intrincada cadeia econômica, conectada não apenas aos interesses particulares, mas aos agentes que formavam os núcleos decisórios da política imperial. Esta economia do conhecimento era alimentada em grande medida por agentes não especializados, mas cujo padrão de ação era condicionado pelo papel regulatório e normatizador das instituições. Uma vez inseridos no circuito da economia do conhecimento imperial, os resultados do trabalho desses agentes constituíam-se como peças fundamentais nos processos de tomada de decisão por parte da elite metropolitana, seja quanto à exploração dos recursos naturais, ou à hierarquização dos territórios coloniais a partir da prospecção das suas potencialidades. Nesse universo, os agentes produtores do conhecimento movimentavam-se no território entre as instituições e as redes auto-organizadas, em busca de ascensão social, da ampliação das próprias redes de contatos ou mesmo com o objetivo de assegurar vantagens econômicas, num complexo de interações, dentro das características das sociedades do Antigo Regime.

Nesse processo, a economia do conhecimento que funcionava em torno da formação das coleções de História Natural congregava indivíduos que não pertenciam às classes originalmente detentoras do monopólio sobre o saber científico, mas sim de agentes que foram a ela incluídos pelo processo de expansão e acessibilidade social do conhecimento promovido pelas reformas do Estado do século XVIII. Ao integrarem-se, em diversas dimensões aos processos econômicos, seja como agentes diretos, mercadores ou negociantes de conhecimento, ou como produtores da informação que alimentava os processos decisórios à escala imperial, esses agentes colaboraram para a formação de uma sociedade do conhecimento à escala global, conectando indivíduos através das redes e instituições imperiais.

SOBRE O AUTOR

Doutor em História pela Universidade do Porto. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. E-mail: bracht.fabiano@gmail.com.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL). Processos de habilitação de sócios à Academia. Processo de habilitação de Francisco Luís de Meneses, 1781.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL). Série Azul de Manuscritos. Códices 1944 e 1945.

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA DE LISBOA. Fundos do Arquivo Histórico Museu Bocage. AHMB. CN/B93.

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA DE LISBOA. Fundos do Arquivo Histórico Museu Bocage. AHMB. Remessa 382.

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA DE LISBOA. Fundos do Arquivo Histórico Museu Bocage. AHMB. Remessa 383.

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA DE LISBOA. Fundos do Arquivo Histórico Museu Bocage. AHMB. Remessa 384.

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA DE LISBOA. Fundos do Arquivo Histórico Museu Bocage. AHMB. Remessa 385.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Juízo da Índia e da Mina. Cartório do escrivão António Joaquim Peixoto, Maço 6, Documento 8. Código de Referência: PT/TT/JIM/C/0006/00008.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Tribunal do Santo Ofício (1536/1821). Conselho Geral do Santo Ofício (1569/1821). Ministros e Familiares. Diligências de habilitação para o cargo de familiar do santo ofício de Francisco Luís de Meneses, casado com Ana de oliveira. Código de Referência: PT/TT/TSO-CG/A/008-001/8744.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP). COD 6377.

Fontes impressas

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V.* Coimbra: Officina da Companhia de Jesus, 1712 a 1722, em oito volumes. BNP - L. 2761 A. a L. 2768 A. Disponível em: <http://purl.pt/13969/4/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BOMARE, Jacques-Christophe Valmont de. *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle.* Paris: Didot, 1764. 5 v. Disponível em: <https://archive.org/details/dictionnairei00chrigoog>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Livros, artigos e teses

AMARAL Ilídio do. *Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa.* Lisboa: Edições Colibri, 2012.

ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia. Introduction. In: ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (Ed.) *Beyond empires: global, self-organizing, cross-imperial networks, 1500-1800.* Leiden: Brill, 2016. p. 3-17.

AZARIAN, Reza. *The general sociology of Harrison C. White: Chaos and order in Networks.* New York: Palgrave Maxmillan, 2005.

BELL, Daniel. *Post-industrial society.* Londres: Routledge, 2020.

BRACHT, Fabiano. *Ao ritmo das monções: medicina, farmácia, filosofia natural e produção de conhecimento na Índia portuguesa do século XVIII.* Porto: Afrontamento-CITCEM, 2019.

BRIGOLA, João Carlos. *Coleccionismo no século XVIII: textos e documentos.* Porto: Porto Editora, 2009.

BRILKMAN, Kajsa. The Circulation of Knowledge in Translations and Compilations: A sixteenth-century example. In: Östling, Johan *et. al.* (Org.). *Circulation of knowledge: explorations in the history of knowledge.* Lund: Nordic Academic Press, 2018. p. 160-171.

BRIGGS, Asa; BURKE Peter. *A social history of the media: from Gutenberg to the internet.* 3rd. ed. Cambridge: Polity Press, 2009.

CONCEIÇÃO, Gisele C. *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII.* Porto: Flup-Citcem, 2019.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. 8, supl., p. 823-838, 2001.

DRUCKER, Peter. *The age of discontinuity: guidelines to our changing society*. Londres: Routledge, 2017.

DUPRÉ, Sven; SOMSEN, Geert. The history of knowledge and the future of knowledge societies. *Berichte zur Wissenschaftsgeschichte*, v. 42, n. 2, p. 186-199, 2019.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Erário mineral de Luís Gomes Ferreira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

KROHN, Wolfgang. Knowledge societies. *International encyclopedia of social and behavioral sciences*, v. 12, p. 8139-8143, 2001.

KURY, Lorelai. A filosofia das viagens. In: KURY, Lorelai (org.) *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Editora Dantes, 2008. p. 73-84.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEEMANS, Inger; GOLDGAR, Anne (ed.). *Early modern knowledge societies as affective economies*. Abingdon: Routledge, 2020.

LEITÃO, Henrique; ROMEIRAS, Francisco Malta. The role of science in the history of Portuguese anti-jesuitism. *Journal of Jesuit Studies*, n. 2, p. 77-99, 2015.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes. Naturais, reinóis e luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.). *O império oriental: nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2006. v. V, tomo 2, p. 15-70.

MACHLUP, Fritz. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1962.

MARGÓCSY, Dániel. *Commercial visions: Science, trade, and visual culture in the Dutch Golden Age*. Chicago: The University Chicago Press, 2014

MUNCK Bert de; ROMANO Antonella. *Knowledge and the early modern city: An introduction*. In: *Knowledge and the early modern city: a history of entanglements*. Abingdon: Routledge, 2019. p. 1-30.

ÖSTLING, Johan *et al.* *Circulation of knowledge: explorations in the history of knowledge*. Lund: Nordic Academic Press, 2018.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PRATT, Marie Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. Abingdon: Routledge, 1992.

RAJ, Kapil. *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

RAJ, Kapil. Beyond postcolonialism... and postpositivism: circulation and the global history of science. *Isis*, v. 104/2, 2013.

RAJ, Kapil. Go-betweens, travelers, and cultural translators. In: FINDLEN, Paula (ed.). *Empires of knowledge: scientific networks in the early modern world*. New York: Routledge, 2018.

RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial. *Revista de História*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 36-67, 2012.

RENN, Jürgen. *The evolution of knowledge: rethinking science for the anthropocene*. Princeton: Princeton University Press, 2020.

RENN, Jürgen. From the history of science to the history of knowledge-and back. *Centaurus*, v. 57, n. 1, p. 37-53, 2015.

ROBERTS, Lissa. Situating Science in global history: local exchanges and networks of circulation. *Itinerario*, v. 33/1, 2009.

SILVA, José Alberto Teixeira Rebelo da. *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

STEHR, Nico. *Knowledge societies*. Londres: Sage, 1994.

STEHR, Nico. Modern societies as knowledge societies. In: RITZER, George; SMART, Barry (eds.). *Handbook of social theory*. Londres: Sage Publications, 2003. p. 494-508.

WHITE, Harrison C. *Identity and control: how social formations emerge*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

WHITE, Richard. *The middle ground: Indians, empires and republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

VERBURGT, Lucas M. The history of knowledge and the future history of ignorance. *Know: A Journal on the Formation of Knowledge*, v. 1, n. 4, p. 1-24, 2020.

WITCOMB, Andrea. Toward a pedagogy of feeling: understanding how museums create a space for cross-cultural encounters. In: MESSAGE, Kylie; WITCOMB Andrea (ed.). *The international handbooks of museum studies*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015. v. 1. p. 321-344. DOI: 10.1002/9781118829059.wbihms116.

Artigo apresentado em: 27/10/2023. Aprovado em: 06/05/2024.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License